

Benveniste-Authier: aproximações conceituais e particularidades práticas

Cármem Agustini*
João de Deus Leite**

Resumo

Neste artigo, ocupamo-nos da tarefa de apresentar, por meio de *contraponto* teórico-analítico, a especificidade de formalização que o termo *enunciação* assumiu nas teorizações de Benveniste (1965, 1970) e de Authier-Revuz (1990, 2004). Assim, nosso *exercício* de leitura tomou por base a seguinte hipótese: a despeito de Authier-Revuz se filiar à perspectiva conceitual de Benveniste, parece ser possível considerar que a sua incursão ali comportaria uma *singularidade* exatamente pela aplicação que a *dupla heterogeneidade* ganhou em sua prática teórico-analítica; mais precisamente, porque, em Benveniste, a proposta conceitual tangeu às questões de estruturação do Eu, enquanto, em Authier, referiu-se às questões de fragmentação do Eu. Dessa forma, empreendemos uma análise sumária de um discurso da presidenta Dilma Rousseff, de modo a articular o ponto de vista benvenistiano ao de Authier-Revuz, jogando com a estruturação do Eu e sua fragmentação.

Palavras-chave: Enunciação. Dupla heterogeneidade. Estruturação do Eu. Fragmentação do Eu.

Considerações iniciais

O alcance e a eficácia das reflexões de Émile Benveniste, no âmbito dos estudos linguísticos, ou de perspectivas conceituais que desses estudos se serviram, parecem ser tributários da assunção de uma característica comumente atribuída ao empreendimento desse teórico, qual seja: a sua proposta teórico-analítica em torno da *enunciação* nos legou a constituição de um *programa*. Isso exige considerar que Benveniste, ao receber a herança saussuriana, imprimiu ali uma alternativa de se pensar (e analisar) a língua em seu funcionamento, privilegiando a própria possibilidade que a *instância linguística* oferece ao homem de se sub-

* Professora Doutora no Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: agustini@ileel.ufu.br

** Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), do curso de Doutorado, do Instituto de Letras em Linguística (Ileel), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais.

jetivar, a partir de projeções enunciativas em uma posição *locutor* que se inscreve, não por acaso, nessa mesma instância linguística. Nesse sentido, Benveniste recoloca em questão aquilo que passa como evidência, exercendo, com primazia, a arte de problematizar fatos linguísticos sob o impacto da enunciação. Esse estilo de pensar benvenistiano, calcado na problematização das evidências, possibilitou que se tornasse uma prática corrente, em Linguística, referir-se a Benveniste quando se define *enunciação*.

O delineamento da proposta de Benveniste para se questionar sobre a enunciação se pautou, seguramente, em um conjunto de princípios conceituais, que, a nosso ver, abre-se em *dois pontos* centrais e caros a suas teorizações: o primeiro concerne à perspectiva da *natureza dialógica* da linguagem humana e o segundo é relativo ao fato de que *figuras enunciativas* não se equivaleriam jamais a *posições ou entidades empíricas*. Esse deslocamento tornou-se fundamental para a construção de uma definição de enunciação, que, ocorrerá explicitamente, em 1970, com a publicação de “O aparelho formal da enunciação”. A conversão da língua em discurso por um ato individual de apropriação da língua não responde empiricamente ao ato de falar; para que tal se dê é necessário colocar-se no lugar de Eu e, assim procedendo, se propor como sujeito. No entanto, esse colocar-se no lugar de Eu não é automático ou simples. Benveniste deixa, dessa forma, um legado aberto, o que significa

dizer que sua teorização sobre a enunciação permanece aberta, com pontos profícuos de entrada, a partir dos quais outros teóricos podem movimentar a teoria benvenistianiana e Authier-Revuz faz exatamente isso.

A *natureza dialógica* da linguagem humana, nessa proposta, permitiu a Benveniste ressaltar, de modo mais contundente, uma implicação valiosa (e distintiva) para a espécie humana, a saber: somos capazes, em tese, de *nos endereçar, na e pela* linguagem, a nossos semelhantes, promovendo *diálogos*, ou, nos termos de Benveniste, instaurando certo *efeito pragmático* de comunicação; essa implicação, por sua vez, parece dimensionar o viés de que aquela natureza dialógica traria em seu bojo um matiz de *complexidade*, como ressaltou diversas vezes Benveniste em seus trabalhos. Um aspecto dessa complexidade reside no fato de que se o efeito pragmático de comunicação resulta de uma relação de correferência entre locutor e (inter)locutor¹, é possível que esse efeito pragmático não se dê.

Em relação à perspectiva de *figuras enunciativas*, a proposta de Benveniste, diante disso, procurou conceder maior relevo ao rompimento com o *respaldo empírico* para se teorizar sobre a linguagem e sobre a língua, por um lado, e, por outro, à possibilidade que determinadas *formas linguísticas* possuem de comportar traços de *pessoa*, de *subjetividade* e de *objetividade*, constituindo, desse modo, certas condições enunciativas

para que *algo* de subjetividade do locutor ganhe ali inscrição, *na e pela* linguagem. Afinal, a própria definição de *enunciação* ponderada por Benveniste (1970²), conforme abordamos mais adiante de modo explícito, parece se debater com o entendimento de que se trataria de *posições ou entidades empíricas* e de que elas oportunizariam o acesso direto entre os participantes da enunciação, enquanto *figuras enunciativas*.

Ao se constituírem como núcleo da proposta de Benveniste, os dois pontos sobreditos oportunizaram ao autor fundamentar (e evidenciar) alguns desdobramentos teórico-analíticos em torno do papel que a *enunciação* exerceria no próprio movimento de conversão da língua em *discurso* pelo homem, o qual, frente a essa condição, poderia se constituir como sujeito na *instância linguística*, segundo as ideias já mencionadas anteriormente.

Em vista disso, é possível elucidar que o *programa benvenistiano*, para nos referirmos assim à sua *proposta* e para expressarmos nosso entendimento e modo de entrada em relação a ela, consolidou, no âmbito dos estudos da linguagem, uma linha de pensamento *outra* para a abordagem da *língua*³. Inclusive, com suas variadas incursões no campo da Linguística, empreendendo múltiplas *análises concretas*⁴ de diferentes línguas, Benveniste nos apresentou uma maneira teórico-analítica de se proceder em função de questões de língua, dada a inter-relação que ele estabeleceu entre *forma-sentido*.

Muitos estudos subsequentes aos de Benveniste sofreram influência dessa maneira teórico-analítica de se deter sobre a língua, mais notadamente da distinção que esse teórico produziu entre “emprego das formas” e “emprego da língua”, em 1970, ao sustentar a leitura de que a *enunciação* dispõe, estruturalmente, de um *aparelho formal*.

Como todo *programa teórico-analítico*, o de Benveniste susteve uma dinâmica epistemológica de produção de trabalhos que seguiram certas tendências: filiaram-se a seu aporte conceitual, comprometendo-se com a unidade teórica do *programa* e, a partir disso, produziram decorrências para certos *princípios* de sua teoria; outros trabalhos tomaram um ou outro princípio, por *influência*, para a construção de um diálogo conceitual com outras perspectivas teóricas, instaurando a possibilidade de *apelo* a uma exterioridade teórica; outros trabalhos, por questão de *especificidades* e *limites* postulados pelo *falseamento* inerente a toda teoria, afastaram-se, radicalmente, da vertente conceitual do *programa*, e que, com isso, só reiterou a existência e a pertinência da *proposta* de Benveniste, em termos epistemológicos.

Por essas e outras tendências, parece ser possível frisar a ideia de que a proposta de Benveniste em torno da dimensão *enunciativa* da língua se constituiu mesmo como um *programa* bastante produtivo para os estudos linguísticos; por assim dizer, tratou-se de um *programa* que, entre *continuidade*

e *descontinuidade* de foco temático por parte daqueles que se afetaram pela proposta benvenistiana, abriu vias para o exame teórico-analítico da língua em *uso*, o qual se caracteriza, sob a visada de tal *programa*, pela perspectiva de *apropriação* e de *atualização* da língua via *discurso*.

Na esteira desse *programa*, as reflexões que tomaram *corpo* a partir dos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, para dizermos do posicionamento conceitual que aqui será privilegiado no *contraponto* com a proposta em tela, poderiam ser apontadas como evidência do quão a proposta de Benveniste produziu resultados vantajosos para o *campo da enunciação*. Da parte de Authier-Revuz, o interesse reflexivo por elementos linguísticos que expressam, de certo modo, a inscrição do *outro* (em termos de *aspectos exteriores* à língua), na própria instância linguística, parece ter sido um *ponto de aplicação* de seus trabalhos que levou radicalmente a sério a vertente conceitual produzida por Benveniste.

A tendência das discussões que essa linguista empreendeu ali se pautou em uma *filiação* ao pensamento de Benveniste, conforme é expresso, por ela, no primeiro *tomo* de sua tese de doutorado, mais notadamente no capítulo em que ela versou sobre o arcabouço teórico que sustenta o prisma conceitual de que a língua, diante dos demais *sistemas semióticos*, comportaria um destaque, exatamente, pela sua capacidade reflexiva.

No caso dos trabalhos de Authier-Revuz, parece que essa *filiação* se configurou, epistemologicamente, de modo bem específico, pois, ao mesmo tempo em que ela é tributária das ideias de Benveniste, suas reflexões apontaram para uma *descontinuidade* de foco temático em relação a ele; a partir disso, delineou-se, nas incursões conceituais construídas por essa linguista, um diálogo com outros enfoques teóricos, segundo a demanda de sua agenda teórico-analítica no âmbito dos estudos linguísticos.

Em virtude do pressuposto de que entre esses linguistas haveria uma tendência de *aproximação teórica* e de *particularidade prática*, ao mesmo tempo, pinçamos, para este artigo, a problemática sobre a *enunciação*, com vistas a estabelecer, brevemente, um contraponto entre a abordagem de ambos acerca da temática da *enunciação*. Para tanto, propor-nos-emos o seguinte questionamento motivador de nossas considerações: *Em que se fundamenta a especificidade de formalização do termo enunciação para Benveniste e para Authier-Revuz?*

Apesar de Authier-Revuz evocar, expressamente, as ideias teóricas de Benveniste em seus trabalhos, sobretudo por fazer operar o alcance e a eficácia de alguns fundamentos elaborados por esse teórico, aventamos, aqui, a hipótese de que o modo de abordagem da *exterioridade* da língua por ela – isto é, a maneira de mostrar (e de sustentar, conceitualmente) elementos que dimensionariam a *exterioridade* da língua – parece se

constituir como um aspecto tributário da particularidade do conceito de *enunciação* em suas teorizações.

Isso significa dizer, uma vez mais, que a natureza do endereçamento teórico de Authier-Revuz em relação a Benveniste consiste em uma *filiação*, nos termos epistemológicos, portanto, ela não se afasta do núcleo conceitual e central do programa benvenistiano, e, simultaneamente, especifica-se como uma filiação que comporta uma singularidade, pois, vinculada a esse programa, ela o faz frutificar a partir da alternativa de promover alguns entrelaçamentos teóricos com outras perspectivas conceituais.

Diante disso, como examinamos mais adiante, a abordagem da *exterioridade* da língua por Authier-Revuz ganhou relevo por meio de duas tendências que se inter-relacionam: a *primeira* se refere à sua preocupação em focar expressamente certos fatos linguísticos, caracterizando-os do ponto de vista linguístico sem descuidar de sua formação de linguista; a *segunda* diz respeito à inquietação de Authier-Revuz em buscar subsídios teóricos em outras perspectivas conceituais não incompatíveis para fundamentar e evidenciar a descrição dos fatos linguísticos constituídos por ela. Ousamos ressaltar, neste ponto, que esse foco temático produzido por Authier-Revuz, também denominado por ela de *dupla heterogeneidade*, parece ser crucial para a singularidade que seu trabalho conquistou no seio do programa em questão.

Nesse programa, parece-nos que o interesse ali mais se voltou para um contínuo de preocupações que procurou abordar a *exterioridade* a partir do papel fundamental que ela assume no próprio *sistema linguístico* – ou seja, Benveniste cunhou uma linha de pensamento, muito oportuna e instigante para os estudos linguísticos, que apostou fortemente na vertente de que a *língua* debate-se com sua *exterioridade*, resguardado o grau de complexidade que isso encerraria, de modo que a assunção de certos elementos da *exterioridade* só poderia se dar por meio da *língua*.

Sendo assim, propomo-nos, aqui, analisar, por meio de contraponto teórico-analítico, a especificidade de estatuto que o termo *enunciação* parece assumir nas teorizações de Benveniste e de Authier-Revuz, dando relevo a nossa aposta de que a maneira de abordagem da *exterioridade* da língua por eles figuraria como um aspecto definatório de dois modos distintos (nem, por isso, incompatíveis) de se formalizar a questão da *enunciação*.

As nossas considerações sobre esses dois modos de formalização tomaram por base, mais expressamente, os textos “A linguagem e experiência humana” (1965) e “O aparelho formal da enunciação” (1970), de Benveniste, para a constituição do primeiro *polo teórico*, e o segundo capítulo do primeiro *tomo* da tese de Authier-Revuz, intitulado *Balisages dans le champ énonciatif* (1995), bem como o texto *Heterogeneidade* mostrada

e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso (2004), para a constituição do segundo polo teórico. Para o delineamento do contraponto analítico, apresentado em seção específica, recorreremos a um recorte do discurso da presidenta Dilma Rousseff, com o propósito de empreender ali uma análise sumária a partir das duas tendências teóricas em tela.

Construindo o contraponto teórico...

Ao problematizar a relação de entrelaçamento entre *linguagem* e *experiência humana*, Benveniste ([1965]1989) se deteve na abordagem da seguinte perspectiva: até que ponto a linguagem pode recobrir a experiência humana? Mais: qual a natureza dessa relação, de acordo com Benveniste ([1965]1989), ao vislumbrarmos ali a problemática da categoria *tempo*?

A tônica dessa abordagem se especificou, em Benveniste ([1965]1989), a partir da ênfase que ele atribuiu às categorias de *pessoa* e de *tempo*, com vistas a analisar a natureza da experiência humana; essa é tomada, no bojo de sua constituição, por ele, como uma *experiência linguageira*, em que “categorias de expressão” (BENVENISTE, [1965]1989, p. 68), de base linguística, são convertidas em *discurso*.

Sendo assim, a fim de mostrar as possíveis decorrências conceituais de sua leitura acerca da categoria *tempo lin-*

guístico para a questão (inter)subjettiva na linguagem, Benveniste ([1965]1989) nos apresentou uma problematização em torno da ideia de *tempo físico* e de *tempo crônico*. Com estatutos específicos, a leitura produzida por ele sobre esses tempos permite destacar o seguinte: o investimento nas *denominações* para tentar aludir ao *tempo* mais acirraria as dimensões diferentes entre *tempo linguístico* e *tempo crônico* que os aproximaria. Portanto, dada a dinâmica dos seguintes elementos: *acontecimento* e *discurso*, ter-se-á, segundo Benveniste ([1965]1989), a própria possibilidade de especificação do *tempo linguístico*. Dessa forma, ao pontuar que a condição mesma da linguagem, de saída, já dimensionaria o tempo linguístico *presente*, ele ressaltou que os outros tempos – o passado e o futuro – dele decorreriam via a articulação entre: *acontecimento* e *discurso*.

Para argumentar esse viés, Benveniste ([1965]1989) percorreu sua linha de pensamento, que, no caso do texto em tela, filiou-se à óptica de que a *experiência humana* se apresenta, no *tempo crônico*, de modo totalmente singular, a despeito de se tratar, em princípio, de um “mesmo” recorte temporal.

E ali é possível apreender um princípio de base fortemente benvenistiana em operação, qual seja: a propriedade de a linguagem se desdobrar, via a (re)atualização no instante de *fala*⁵, a ponto de se produzir, com isso, um momento enunciativo cada vez novo. Isso exige ter em vista, já neste ponto, a relação íntima

que essa propriedade mantém com o próprio conceito de *enunciação*, o qual ainda será apresentado por nós, bem como com a perspectiva de que o único tempo que a *enunciação* sustém seria o *presente*. Por sua vez, isso significa que, por um lado, o tempo é *intangível*, levando em conta a mediação da linguagem na nossa relação com o mundo, e, por outro, que a *enunciação* é bastante *fugaz*, pois o único eixo de referência a ser considerado para aludir ao *tempo* é o próprio momento da *enunciação*.

Não por acaso, Benveniste ([1965] 1989) destacou que a língua possui uma organização interna que parece implicar a própria impossibilidade de se tomar outro eixo referencial para se reportar à questão do *tempo*, que, no caso de suas teorizações, o meio de alusão conceitual encontrado foi o eixo da *instância de discurso*; instância de manifestação e de ancoragem da relação (inter)subjativa da linguagem, a partir da qual haveria ali o *ponto de aplicação*, em termos linguísticos, da “condição de inteligibilidade da linguagem” (BENVENISTE, [1965]1989, p. 78).

Com base no que vimos considerando até aqui, parece-nos que a premissa de que a linguagem permitiria ao homem se colocar de *diferentes maneiras* frente ao *mundo*, a cada *gesto enunciativo*, evidenciou uma preocupação crucial para o contínuo dos trabalhos de Benveniste. Em outros termos, poderíamos destacar que essa premissa ganhou contornos conceituais, na trajetória de elaboração

de Benveniste, a partir de enfoques múltiplos. É o caso, por exemplo, da distinção que ele promoveu entre “emprego das formas” e “emprego da língua”, ao circunstanciar o conceito de *enunciação*.

A ênfase que esse teórico imprimiu no enfoque de que esses empregos possuem estatutos específicos abriu espaço, no âmbito dos estudos linguísticos, para a abordagem da conjugação de traços de *subjetividade a formas linguísticas*, dado exatamente o papel que a *enunciação* desempenha no dimensionamento da relação singular que o *locutor* mantém com a língua. E isso leva-nos a entender que essa conjugação, fatalmente, parece fundamentar a ideia de que é a *forma linguística* que comportaria a efemeridade do *traço de subjetividade*, na presente *instância de discurso*, e, não, a *posição ou entidade empírica*.

Com isso, a tônica do *programa benvenistiano* consistiria, portanto, na abordagem da *exterioridade* a partir do papel fundamental que ela assumiria no próprio sistema linguístico, conforme assinalamos na primeira seção deste artigo. Inclusive, embasado na perspectiva dessa conjugação, poderíamos dizer que Benveniste ([1970]1989) postulou o conceito de *enunciação* contemplando ali o viés de que a própria língua já possibilitaria, em seu funcionamento, o *agenciamento* de formas linguísticas pelo locutor. Consideremos, a seguir, uma passagem do texto de Benveniste ([1970]1989, p. 82, grifos nossos), que sustém o delineamento dos referidos apontamentos:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.

A proposição dessa definição de *enunciação*, por Benveniste ([1970]1989), marcou um momento crucial de sua trajetória teórica, pois, por meio dela, ele examinou (e nos legou) a ideia de que o uso da língua, em uma *circunstância enunciativa*, se especifica a partir de um *aparelho formal*. Isso porque toda e qualquer apropriação, quando do instante de uso da língua pelo locutor, supõe um repertório de possibilidades (polo das *formas linguísticas*); por sua vez, todo e qualquer repertório de possibilidades reclama um agente para encabeçar a composição de certas possibilidades de combinação (polo do *sentido*), as quais são articuladas a partir do próprio *funcionamento* que ancora esse repertório.

De posse dessas implicações, parece ser possível evidenciar que a natureza dessa definição de *enunciação* imprimiu certa radicalidade na relação *forma-sentido*, dada a proposta geral de Benveniste ([1970]1989). Assim, ao defender que a relação entre *forma* e *sentido* seria inextricável, o teórico em

tela mostrou alguns elementos definitórios da *enunciação*, inaugurando, diante disso, o entendimento de que se trata de um ato efêmero e singular que surge a partir do próprio *gesto de apropriação* da língua pelo locutor. É só no interior do funcionamento da língua, em suas faces discursivas, que a enunciação se torna *factível*; negar essa condição seria apostar na perspectiva do *enunciado*, descuidando de elementos, como, por exemplo, o da “realização vocal da língua” (BENVENISTE, [1970]1989, p. 82).

A posição *formal* para o *quadro da enunciação* demandou de Benveniste ([1970]1989) a definição e articulação de aspectos sistemáticos pertinentes ao próprio sistema linguístico, os quais deveriam referendar a possibilidade de conversão da *língua* em *discurso* pelo locutor. Trata-se do caso, por exemplo, da definição de “indivíduos linguísticos”, quando Benveniste ([1970]1989) referiu-se a *formas linguísticas* que, mais notadamente, são passíveis de serem (re) atualizadas pelo locutor na *instância de discurso*, quais sejam: pronomes *pessoais*, pronomes *demonstrativos* e formas *temporais* – para citarmos algumas.

Em sendo assim, de acordo com esse teórico, tal quadro se estruturaria a partir de posições enunciativas (*locutor* e *interlocutor*), constituídas no interior do funcionamento da própria língua, por meio da *instância de discurso*. E, certamente, essa constituição seria nutrida pela necessidade de endereçamento mútuo entre essas *posições*, conforme o processo de *reversibilidade* que subjaz ao *diálogo* dos participantes da enunciação.

Vejamos, abaixo, outra passagem do texto de Benveniste ([1970]1989), que, neste ponto, mostra-se muito relevante para o *exame* do que vimos propondo até aqui: na proposta benvenistiana, a assunção de traços da *exterioridade* só se especificaria a partir de sua inscrição no interior do próprio funcionamento da língua. Eis, textualmente, a passagem:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. *A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso*, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. *A referência é parte integrante da enunciação*. Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência (BENVENISTE, [1970]1989, p. 84 - grifos nossos).

Até aqui, portanto, foi possível apresentar que a formalização do termo *enunciação*, para Benveniste ([1970]1989), perpassou a consideração de que a própria língua, em seu funcionamento, já dimensionaria *modos* singulares e efêmeros de o homem compor sua experiência no mundo. E ali o tempo *presente*, único tempo legítimo da *enunciação*, garantiria, estruturalmente, o momento da enunciação, bem como a própria possibilidade de emergência de traço de *subjetividade*, quando do momento de *conversão* da língua em discurso pelo locutor.

Os trabalhos de Authier-Revuz (1995) se voltaram, fortemente, para a abor-

dagem de *atos de língua* que se constituem, enunciativamente, por meio da assunção de campos de *rupturas*, de *deslizes*, de *desvios*, na própria *sequencialidade linguística*. Com isso, Authier-Revuz (1995), sob o horizonte fundante das *heterogeneidades enunciativas*, estabeleceu que a incidência de *pontos de não um (campo de rupturas)*, os quais são localizáveis no próprio fio do discurso e não em outro lugar, efetiva-se ali exatamente pelos efeitos das próprias *lacunas*, em termos de *descentramento subjetivo*, que constituem *aquele que enuncia* e o *sentido* que ele constrói.

Cabe ressaltar que a referida linguística assumiu, no âmbito dos estudos linguísticos, a direcionalidade epistemológica de “neoestruturalista”, pois a tendência teórico-analítica de seus trabalhos reclamou tomar como ponto de partida as *questões de língua*, vislumbrando ali elementos que lhe são *exteriores*. Isso significa dizer que os princípios saussurianos encontraram ecos conceituais nas incursões de Authier-Revuz (1995) e que a proposta de Benveniste encontrou ali certa radicalidade, quando do momento de essa teórica enfocar a perspectiva de que a língua possui a propriedade de ser *reflexiva* – ou seja, de ser sua *metalíngua*.

Levando em consideração os apontamentos produzidos por Flores e Teixeira (2005), é possível destacar que o termo *heterogeneidade*, nos trabalhos de Authier-Revuz (1995), diz respeito ao domínio em que o discurso é *dupla-*

mente marcado pelo *não um*, em função, justamente, da heterogeneidade que o afeta. Essa dupla inscrição de *não um* permitiu que essa linguista adentrasse, singularmente, o *programa benvenistiano* para “considerar a reflexividade opacificante da modalidade autonímica tanto no plano da língua, sob o ângulo da linearidade do dizer, quanto no plano do discurso, sob o ângulo do que ela diz ao sujeito do dizer” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 74).

Essa marcação de pontos de *não um*, no fio do discurso, relaciona-se com a irrupção de ressonâncias que advém do *lugar do outro*, dada a visada dos trabalhos de Authier-Revuz (1995); a noção de *outro* ali permeou a proposição teórica de Lacan, sendo o *Outro* figurado como “um espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo” (ANDRÈS, 1996, p. 385). Também Flores e Teixeira (2005, p. 76), em consonância com as postulações de Lacan, destacaram que o propósito de tal abordagem lacaniana seria: “mostrar que, além das representações do eu, especulares ou imaginárias, o sujeito é determinado por uma ordem simbólica – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente – designada como ‘lugar do outro’ e perfeitamente distinta do que é do âmbito de uma relação com o parceiro imaginário o ‘outro’”.

Sendo assim, a ruptura da linearidade do dizer do sujeito em relação ao Outro e aos desvios dos outros, o que parece fomentar a imprevisibilidade de

sentido e que não cessa de se mostrar, possibilitaria a emergência de heterogeneidades nos processos discursivos. Eis, textualmente, a explicação de Authier-Revuz (2004, p. 69): “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso”.

Os modos de organização das *heterogeneidades enunciativas* na manifestação discursiva, segundo Authier-Revuz (1995), envolvem duas maneiras: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. A primeira pode ser descrita com o auxílio de elementos indicadores da presença dos outros sobreditos, seja por formas marcadas, seja por formas recuperáveis, que se inscrevem diretamente na linearidade do dizer – discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, etc. – delimitando o “caráter explícito, acessível à análise lingüística” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 16). Para tal autora, as diversas formas marcadas da *heterogeneidade mostrada* conferem ao fragmento marcado um *estatuto outro* em relação ao resto do dizer, para quem a alteridade toma valores específicos.

A segunda refere-se a uma abordagem não lingüística do “jogo com o outro”, pois o processo de alteridade está ali diluído por uma espécie de “horizonte fora do alcance do lingüístico” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21), embora saibamos que

essa diluição, atestada pelo dialogismo, é uma condição própria da natureza da linguagem. Por isso, Authier-Revuz delineou que a *heterogeneidade constitutiva* é do discurso e que as formas da *heterogeneidade mostrada* se inscrevem no discurso.

A consideração da *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e de seu discurso foi embasada, nos estudos da autora, em duas vertentes teóricas exteriores à Linguística, a saber: o dialogismo de Bakhtin e a teoria psicanalítica (a releitura de Freud feita por Lacan). Ao recorrermos aos apontamentos de Teixeira (2005, p. 145, grifos da autora), percebemos que: “de Bakhtin, a autora toma basicamente as reflexões sobre o princípio do dialogismo, focalizando, de modo, especial, o lugar que o autor confere ao outro no discurso; na psicanálise, interessa-lhe a abordagem em torno de um sujeito produzido pela linguagem, estruturalmente *clivado pelo inconsciente* [...]”.

Cumprе destacar que o apelo a esses *exteriores* se prende a bases teóricas diferentes: *na perspectiva dialógica*, o outro não é “nem duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER, 2004, p. 25), isto é, “a noção de outro recobre os outros discursos constitutivos do discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 75-76); *na óptica freudo-lacaniana*, o outro é o “grande Outro” (ordem do nível dos significantes e do desejo pelos significantes), que,

por sua vez, justifica a premissa de que o sujeito não é o agente da linguagem e, sim, o efeito, segundo apontamentos arrolados anteriormente.

Assim, em ambas vertentes, o que é considerado como intersecção é o questionamento radical da “imagem de um locutor, fonte consciente de um sentido que ele traduz nas palavras de uma língua, e a própria noção de língua como instrumento de comunicação ou como ato que se realiza no quadro de trocas verbais” (TEIXEIRA, 2005, p. 145-146).

Ainda, para Authier-Revuz (2004), o sujeito não poderia ser tomado *pelo* que diz (representação ilusória que ele dá de sua enunciação) e, sim, *no* que diz por meio da linearidade de uma cadeia, marcada por rupturas (“falhas”); que a *heterogeneidade mostrada* permite avistar, não de modo nítido e direto, o atravessamento dos “outros discursos” e do “discurso do Outro”; que a heterogeneidade mostrada não pode ser abordada como o reflexo, no discurso, da *heterogeneidade constitutiva*, embora elas sejam articuláveis. Teixeira (2005, p. 152-153, grifos da autora), corroborando o quadro referencial das *heterogeneidades* proposto por Authier-Revuz, expôs que “as formas da heterogeneidade mostrada representam uma negociação obrigatória do sujeito com essa heterogeneidade que o constitui e que ele tem necessidade de desconhecer. Essa *negociação* assume a forma de uma *denegação* – no sentido Freudiano – na qual a *emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada*”.

Diante disso, é possível precisar que a *heterogeneidade mostrada* permite pôr, no campo da *enunciação*, a marca dos *atos de língua*, que as indicam como tal, pelo seu caráter heterogêneo; em concomitância, permite também preservar a ilusão necessária do *um*. Porém, com o estabelecimento da inevitável emergência do *não um*, notamos que há pontos vulneráveis em que se instaura o *efeito opacificante* (*não coincidências/heterogeneidades*) da representação do dizer.

Cabe ressaltar que essa “falha” que se inscreve no fio do dizer como *não um* constitutivo do *um* não é específica da heterogeneidade mostrada, sendo também “da ordem do irrepresentável, que se ‘mostra’ no plano enunciativo em pontos de ‘alteração’ do dizer” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 84).

Em relação aos trabalhos de Authier-Revuz (1995, 2004), vimos considerando, até aqui, que, quando o sujeito (se) *enuncia*, uma *duplicidade* de sentidos ali o afeta, acarretando, assim, processos de inscrição de marcas linguísticas que *metamorfoseia* o dizer em *equivoco* engendrando um sentido outro. Esse sentido, por sua vez, possui uma estrutura autonímica opacificante, isto é, “um sentido que não veio para ficar igual a ele mesmo” (TEIXEIRA, 2005, p. 201).

As marcas de *não um*, expressas, muitas vezes, por meio de *comentários*, de *ressalvas*, de *explicações laterais* e de *atenuações*, podem indicar, de certo modo, possíveis manifestações do *outro* tanto na compreensão dialógica quanto

do *Outro* na compreensão psicanalítica, pois “o lugar ‘do outro discurso’ não é *ao lado*, mas *no* discurso. Isso posto como lei constitutiva do tecido de todo discurso [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 37, grifos da autora).

Com base na natureza das incursões teórico-analíticas construídas por Authier-Revuz (1995 e 2004), compreendemos que a formalização do termo *enunciação* se apresentou ali por meio do *ponto de aplicação* entre *língua*, *fala* e *sujeito*, dado o intuito de proposição de um *campo conceitual*. Para isso, essa linguísta, buscando referendar sua *prática* e seu *objeto* particulares, esboçou uma linha de pensamento que, epistemologicamente, pautou-se na intersecção, não na inclusão, de perspectivas conceituais, que, de base, permitiram-na fundamentar o horizonte da *dupla heterogeneidade*.

Essa linha de pensamento, no âmbito dos estudos linguísticos, contribuiu para o delineamento de uma tendência discursiva que desdobrasse e articulasse os princípios de *reflexividade* e de *opacidade* da linguagem, quando do momento de *uso* da língua, por exemplo, os quais são centrais e caros às perspectivas conceituais que ela fez intervir em suas teorizações. Na sua tese de doutorado, Authier-Revuz (1995, 2004), de saída, procurou pensar e fundamentar as bases teóricas que fundam o *campo da enunciação*, evocando a aplicação entre *língua*, *fala* e *sujeito*, como possibilidade de constituição de um discurso sobre a

enunciação. Para que isso fique mais claro, tomemos as palavras da própria autora a seguir:

Forme de l'énonciation – une modalité énonciative spécifique, réflexive et opacifiante, ayant la particularité de comporter un discours *sur l'énonciation*, sur la langue, le sens, la nomination, l'interlocution, ... – la modalité autonymique, par laquelle le dire d'un élément X de la chaîne se double de son auto-représentation, relève doublement, si l'on peut dire, de ce champ, foncièrement hétérogène, où se *recontrent* la langue et la parole/le discours, le sujet... (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 47, grifos da autora).⁶

Diante da natureza dessa aplicação, entendemos que o movimento de se apelar para *exterioridades teóricas* marcou a própria natureza do campo da enunciação que essa linguista propôs, sem descuidar, é claro, dos riscos e limites que esse movimento resguardou, epistemologicamente, em sua prática teórico-analítica.

Com isso, Authier-Revuz (1995) apresentou-nos o quão frutífera foi a *proposta* de Benveniste, quando este reivindicou e fundamentou o estatuto *efêmero* e *singular* da relação do *locutor* com a *língua* no processo de conversão desta em discurso; trata-se de uma relação que comportaria a *magia* e o *segredo* de se deflagrar tão-somente nesse exercício de conversão individual. Por isso, de modo belíssimo e impactante, Benveniste ([1970]1989) abriu vias para pensarmos que seria impossível um locutor converter a *língua* em discurso por outro locutor no momento de enunciação desse locutor; esse exercício é, acirradamente, único e

efêmero, restando a possibilidade de que ali a *reversibilidade* aconteça (ou não).

Para finalizarmos esta seção, consideramos pertinente apresentar, a seguir, a *nota explicativa* do *Dicionário de Linguística da Enunciação* acerca da definição de *enunciação* referente à visada de Authier-Revuz (1995, 2004), a saber:

A *enunciação*, concebida como um campo heterogêneo do conhecimento, põe em jogo o sujeito e sua relação com a língua e com o sentido. É, então, considerada lugar de uma inevitável heterogeneidade teórica, que leva a linguística, entendida em seu sentido restrito, a ter que recorrer a teorias exteriores a seu campo para apoiar a descrição dos fatos enunciativos (FLORES et al., 2009, p. 99, grifos dos autores).

Da estruturação do Eu à sua fragmentação: a filiação de Authier-Revuz a Benveniste

Nesta seção, analisamos um recorte do discurso⁷ da atual presidenta da República, Dilma Rousseff, proferido na cerimônia de inauguração da Clínica da Família Joãosinho Trinta e celebração da marca de dois milhões de cariocas atendidos pelo Programa Saúde da Família. Esse proferimento foi feito na Parada de Lucas, Rio de Janeiro, em 21 de março de 2012. Esse discurso, assim como os demais proferidos pela atual presidenta da República, está disponível no *link* <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/>. Após cumprimentar seus “parceiros” e todos os presentes, a presidenta Dilma Rousseff enuncia:

(Excerto 1)... Dirigir para o Pezão, meu companheiro de PAC – **o Lula dizia que eu era a mãe do PAC e o Pezão era o pai do PAC** –, cumprimentar o Pezão, que é uma pessoa empenhada em resolver os problemas da população do Rio de Janeiro, capital e estado. (Presidenta Dilma Rousseff, Parada de Lucas, RJ, 21/03/2012).

Nesse excerto, Dilma, enquanto locutora e ao colocar-se no lugar de Eu, antecipa que seus (inter)locutores, para correferirem com ela, poderiam necessitar de uma explicação sobre o porquê de o Sr. Pezão ser seu companheiro de PAC e essa explicação, formulada na forma de uma inserção parentética,⁸ é atribuída à autoridade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que projetou a figura política de Dilma no espaço nacional e cuja aprovação popular de seu governo apresentou índices altos. Em uma perspectiva benvenistiana, a questão da intersubjetividade, projetada por meio de um endereçamento ao (inter)locutor, em lugar de alocutário, leva a presidenta Dilma a apropriar-se da língua, convertendo-a em discurso, o que produz enunciados compreensíveis, remetendo ao mundo logicamente estabilizado dos sentidos já-estabelecidos, a fim de garantir o processo de correferência e, em decorrência, o efeito pragmático de comunicação.

Sendo assim, a explicação parentética torna-se uma prerrogativa de uma necessidade discursiva de garantir, embora imaginariamente, o efeito pragmático de comunicação. Portanto, essa explicação parentética é fruto da assunção de Dilma ao lugar de Eu, ou seja, da estruturação

do Eu que dá lugar à assunção do *status* de sujeito. Garantir a correferência, em Benveniste, significa tentar garantir que o efeito pragmático de comunicação se dê de modo a estruturar um Eu coerente, homogêneo, estável, responsável por aquilo que diz ao (se) enunciar, o que significa produzir uma representação do Eu.

Nesse sentido, converter a língua em discurso implica organizar aquilo que (se) diz ao (se) enunciar, de modo a instaurar o efeito pragmático de comunicação, que se dá pelo simples fato de que o homem fala por meio de uma língua-forma que compartilha com certa(s) comunidade(s) linguística(s). Portanto, o conceito de *discurso*, nessa perspectiva teórica, pode ser compreendido como sendo relativo àquilo que está estabilizado, organizado socialmente em termos de sentido.

Já em uma perspectiva authier-revuziana, esse Eu mostra-se heterogêneo, fragmentado, justamente porque recorre a outro locutor, atribuindo-lhe a responsabilidade sobre a designação de Dilma como “a mãe do PAC”. Há ali, portanto, uma não coincidência interlocutiva. Não é a presidenta Dilma quem se atribui o designativo. Essa fragmentação do Eu abre para diferentes possibilidades de leitura para essa oração parentética que marca a presença do não um do(s) sentido(s) no fio discursivo. Apresentamos, a seguir, ao menos, três possibilidades:

- 1) a locutora Dilma não se sente a mãe do PAC e, por isso, atribui ao locutor Lula esse dizer. Quais seriam as possíveis implicações advindas dessa leitura? Questionar sobre a paternidade do PAC, por exemplo. Ou pôr em xeque a palavra de Lula, por outro;
- 2) a locutora Dilma é modesta e, por isso, atribui ao locutor Lula esse dizer, como uma forma de se distanciar de uma presunção de se autodesignar “a mãe do PAC”. Quais seriam as possíveis implicações advindas dessa leitura? Asseverar o caráter e a seriedade de Dilma, por exemplo;
- 3) a locutora Dilma, ao ativar certa rede de memória social sobre a disputa pela paternidade do PAC, atribui ao locutor Lula a responsabilidade pela designação “a mãe do PAC”. Assim procedendo, isenta-se de ter que responder sobre essa polêmica. Quais seriam as possíveis implicações dessa leitura? Dilma não se compromete com a polêmica sobre a paternidade do PAC, por exemplo.

A partir das possíveis leituras supracitadas, é possível percebermos que o real da língua torna impossível empreender uma interpretação absoluta e totalizante. A fragmentação do Eu, nesse prisma, abre o dizer à deriva do(s) sentido(s), de modo a colocar em funcionamento o equívoco, o não um do(s) sentido(s). Por isso, nosso intuito

torna-se expor o olhar-leitor à opacidade do dizer, à sua heterogeneidade radical.

Esse exercício de análise à la Benveniste e à la Authier-Revuz permite explicitar e discutir a relação de filiação que a teorização de Authier-Revuz entretém com a teorização de Benveniste, de modo a colocar em evidência o movimento teórico que Authier-Revuz coloca em prática sobre a teorização benvenistiana. Desse modo, parece que Authier-Revuz releva a teorização benvenistiana à instância de prevalência do imaginário.

Analizamos, na sequência, outros dois excertos do mesmo discurso de Dilma Rousseff, a fim de analisá-los localmente, empreender uma relação possível entre esses excertos e o referido discurso sobre a inauguração da Clínica da Família Joãosinho Trinta em Parada de Lucas, Rio de Janeiro.

Vejamos, a seguir, o excerto 2:

(Excerto 2) E aí é uma homenagem muito correta ao Joãosinho Trinta, **que percebeia que o povo brasileiro, não é que só queria luxo, ele merecia (Ø)**. O povo brasileiro merece e continuará merecendo **o que há de melhor**, e é **isso** que está sendo feito aqui. É um esforço para dar o que há de melhor, em matéria de saúde, à população. (Presidenta Dilma Rousseff, Parada de Lucas, RJ, 21/03/2012)

No excerto 2, a locutora Dilma cita o clássico bordão do carnavalesco Joãosinho Trinta, “O povo gosta de luxo. Quem gosta de miséria é intelectual”⁹, via discurso indireto, e, ao fazê-lo, deslocar-o, tornando-o um outro enunciado. A mudança do verbo *gostar* para *querer* imprime ao dizer de Joãosinho Trinta ou-

tros sentidos que colocam em evidência sentidos que afetam a locutora Dilma, configurando-se como uma marca de emergência de subjetividade. Um efeito que o verbo *querer* pode reclamar ali, dada a posição social de Dilma como presidente, seria o de uma reivindicação do povo, o que a presença do verbo *gostar* não suscitaria. Assim, embora a palavra *luxo*, ao ser destacada de sua enunciação específica, possa rememorar os sentidos que ali suscitou, ela também, ao estabelecer outras relações com as palavras da presente enunciação e com a situação de sua produção, pode evocar outros sentidos, como, por exemplo, o de que o povo quer o supérfluo, ou “os restos de luxo dos lixos deste imenso país”¹⁰. No entanto, parece que o luxo do qual fala a presidenta se converte em algo de direito ao povo brasileiro, ao se relacionar ao verbo *merecer*, e não a uma mera volição, como o verbo *querer* expressa. Essa é uma leitura possível que tem a ver com a relação forma-sentido inextricável e com o caráter relacional do sentido, assumidos e trabalhados por Benveniste.

Em relação ao enunciado “não é que só queria luxo, ele merece”, gostaríamos de destacar uma questão relativa à referência, que Benveniste trabalha, em associação ao domínio semântico da linguagem, como variável constitutiva da conversão da língua em discurso. No jogo que a locutora empreende com os verbos *querer* e *merecer*, aparece, em relação ao segundo, uma anáfora zero, sinalizada no excerto 2 com recurso ao

símbolo matemático de vazio ($\emptyset$). Embora pareça que essa anáfora reconstrói a palavra *luxo* como seu objeto, é possível também que essa anáfora reconstrua *querer luxo* como seu objeto. Em termos de sentido, essa possibilidade implica a continuidade do desejo do povo de *querer luxo*, por um lado, e, por outro, o merecimento do povo brasileiro pelo luxo em si. Assim, ter-se-ia “o povo brasileiro merecia luxo” ou “o povo brasileiro merecia querer luxo”.

Ainda em relação a esse excerto, vale a pena destacar dois outros aspectos. O primeiro é a relação de equivalência que se estabelece entre a palavra *luxo* e a expressão *o que há de melhor*, produzindo entre elas um efeito sinonímico. Essa relação implica que *o que há de melhor* pode ser considerado *luxo*, *supérfluo*, *excesso*, *lixo* etc. O segundo aspecto, também relativo à referência, é a equivocidade referencial do pronome demonstrativo *isso*, uma vez que o seu caráter neutro permite que ele refira a qualquer nominal antecedente ou prospectivo. Sendo assim, é possível relacionar, anaforicamente, “isso” e “o povo brasileiro merece e continuará merecendo o que há de melhor”, de tal forma que um referente inferível possível seria “é reconhecer que o povo brasileiro merece e continuará merecendo o que há de melhor que está sendo feito aqui”. Outra possibilidade é relacioná-lo, cataforicamente, a “um esforço para dar o que há de melhor, em matéria de saúde, à população”, e, desse modo, ter-se-ia: “é um esforço para dar o

que há de melhor, em matéria de saúde, à população que está sendo feito aqui”.

Vale dizer ainda que as possibilidades de análise, tomando por base a relação inextricável entre forma e sentido, não se esgotam. Poderíamos, por exemplo, considerar ainda a mudança de “povo brasileiro” para “população” e suas implicações para a leitura-interpretação do que Dilma diz ao (se) enunciar. No entanto, de nossa perspectiva teórica, estamos explicitando, de modo contundente e sério, a impossibilidade de qualquer pretensão a produzir uma leitura-interpretação fechada. Reiteramos que, para nós, a tarefa de um semanticista consiste em expor as possibilidades de sentido, de modo fundamentado. Sendo assim, ancorados em uma perspectiva benvenistiana, vimos mostrando, também na análise desse excerto, o modo como as formas linguísticas foram agenciadas por Dilma, enquanto locutora, quando da conversão da *língua* em *discurso* – no sentido mesmo ponderado por Benveniste (1970). Isso exige considerar que, ao se colocar no lugar de Eu, na presente instância de enunciação, a locutora Dilma continua buscando uma pretensa correferência com seus (inter) locutores; com isso, ela remete aos sentidos logicamente estabilizados em relação a Joãozinho Trinta, com o propósito de tentar assegurar, de certa maneira, o efeito pragmático de comunicação.

Assumirmos uma perspectiva benvenistiana desta natureza exige dimensionar analiticamente o aspecto sempre

relacional entre *forma-sentido*, mais notadamente as possibilidades que daí podem se cristalizar, em termos de língua, para a questão da *referência*. Em Benveniste (1969), a questão da referência foi aludida como um fato enunciativo, tendo em vista o papel que o locutor imprime na própria possibilidade de constituição desse fato. Dessa forma, a referência só se especificaria a partir da circunstância de discurso, quando levada em conta a ocorrência sempre particular de uma forma linguística. Não por acaso Benveniste (1969) relacionou a produção da referência, na presente instância de enunciação, ao papel que o Eu ali exerce.

Em uma perspectiva authier-revuziana, insistindo aqui no princípio de que o Eu se apresenta ali heterogêneo, fragmentado, é possível salientar que a ocorrência indireta do dizer de Joãozinho Trinta produz um caso de não coincidência do discurso consigo mesmo. Isso porque, mantendo uma relação interdiscursiva com o dizer de Joãozinho Trinta, a formulação da locutora Dilma deixa deflagrar um *excesso-falta* de sentido referente à questão em tela: o povo brasileiro merece luxo ou merece almejar, de modo contínuo e eterno, o luxo?; portanto, embasados em tal possibilidade, poderíamos ler que se trataria de um desejo contínuo do povo brasileiro, cuja concretude seria intangível. Ademais, o *luxo*, no dizer de Joãozinho Trinta, apresenta-se relacionado a *lixo*, o que, da posição social ocupada por Dilma na presente instância de discurso, pode

produzir sentidos indesejáveis, não assumíveis, como, por exemplo, o sentido de que a Clínica da Família seria o luxo da população “[tirado dos lixos deste imenso país” e, portanto, seria “resto de luxo”, fantasia “para participar deste grandioso bal masque”, para utilizar expressões presentes no dizer de Joãozinho Trinta quando da enunciação do clássico bordão “O povo [brasileiro] gosta de luxo. Quem gosta de miséria é intelectual”.

Nesse sentido, a locutora Dilma destaca a enunciação de Joãozinho Trinta de sua situação de produção específica e imprime mudanças na sua formulação, a fim de que a enunciação de Joãozinho Trinta “caiba” na sua enunciação; essas mudanças parecem apontar para uma necessidade discursiva de se fazer os sentidos se tornarem outros, desembaraçando-se de seus efeitos pejorativos. É uma tentativa, imaginária, de se saturar o não um dos sentidos, de modo a produzir o um. No entanto, Authier-Revuz mostra que aquele que diz ao (se) enunciar não detém controle sobre os sentidos que seu dizer pode suscitar em seus (inter)locutores possíveis. Afinal, o gesto de atribuir sentido(s) ao que se diz quando se enuncia é um gesto complexo, que envolve os participantes do processo, assim como as redes de memória social que os afetam, a relação estabelecida entre as formas que participam do modo como se diz etc.

Consideremos, a seguir, o excerto 3:

(Excerto 3) E eu estou encerrando, porque está muito quente e, por isso, as pessoas vão começar a passar mal. Só quero dizer para vocês: eu tenho, então, muito orgulho de estar aqui com cada um de vocês e cada uma. **Por favor, a moça ali está desmaiando, a senhora. Não dá para abrir aqui, não, né? Bom, eu espero, então, que o atendimento ao senhor – é um senhor – seja o mais rápido possível.** (Presidenta Dilma Rousseff, Parada de Lucas, RJ, 21/03/2012)

No excerto 3, a locutora Dilma, já anunciando o término de seu discurso, desloca a sua atenção, antes endereçada ao público presente, ao voltar-se para (inter)locutores específicos, tendo em vista o fato de um dos presentes ter desmaiado naquele momento do proferimento de seu discurso. Essa ruptura, marcada linguisticamente no discurso da presidenta Dilma, não deixa de ter certa relação, embora lateral, com o modo como a presidenta promove o desfecho de seu discurso, podendo, inclusive, funcionar, para alguns, como uma espécie de justificativa para interromper seu discurso. No entanto, asseveramos que essa é apenas uma leitura-interpretação possível.

Em relação ao comentário “Bom, eu espero, então, que o atendimento ao senhor – é um senhor – seja o mais rápido possível” que essa ruptura comporta, vale analisar dois aspectos que abrem para diferentes interpretações e que, por isso, mostram uma possível relação entre a teorização benvenistiana e a teorização authier-revuziana. O primeiro aspecto refere-se à presença do verbo *esperar* nesse comentário, acarretando

uma modalização que, na literatura linguística, é denominada epistêmica, do enunciado: a locutora Dilma espera que o atendimento seja rápido, mas demonstra que não tem certeza de que tal se dará. Esse mesmo verbo também pode produzir sentido relativo a um sentimento de Dilma: um desejo, como acontece, por exemplo, com enunciados do tipo “eu espero que você seja bem-sucedido”. Ou ainda, a esperança de que a Clínica da Família, realmente, funcione de modo a dar o que há de melhor em matéria de saúde à população. O segundo aspecto refere-se à retificação da locutora Dilma em relação a quem desmaiou. Trata-se de um senhor e não de uma moça. Essa retificação traz embutida nela um jogo com sentidos que, historicamente, se ligaram ao termo *senhor*, a saber: senhor como forma de tratamento, senhor como indicação da idade do (inter)locutor e senhor como forma que se opõe à moça. Nesse sentido, essa retificação pode produzir outros sentidos, como uma enfatização da necessidade de um pronto atendimento, por um lado e, por outro, a solicitação de que alguém, com autoridade para socorrê-lo, atenda-o.

Em uma perspectiva authier-revuziana, a ruptura do fio discursivo promove a emergência de uma não coincidência entre a nomeação e a coisa nomeada, levando a locutora a produzir a retificação. Assim como, de um modo abrangente e em certo sentido, produz uma não coincidência entre o dizer de Dilma sobre a Clínica da Família que está sendo

inaugurada por ela, de que ali estaria sendo oferecido à população o que há de melhor em matéria de saúde, e o efeito que a presença do verbo *esperar* pode produzir de que Dilma não tem certeza de que ali será, realmente, oferecido o que há de melhor em matéria de saúde à população.

A partir dessas análises locais do recorte do discurso da presidenta Dilma Rousseff foi possível mostrar como o sentido se abre à deriva, seja em uma análise à la Benveniste, seja em uma análise à la Authier-Revuz. Relacionando, agora, essas análises locais e o discurso da presidenta, é possível apresentar, ao menos, duas interpretações diferentes que algum (inter)locutor pode realizar sobre o discurso de Dilma. Uma interpretação positiva que mostra uma presidente preocupada com o povo brasileiro e esperançosa de que, com a inauguração da Clínica da Família Joãosinho Trinta, as famílias cariocas da região de Parada de Lucas possam ter um atendimento médico público digno e de boa qualidade. Outra interpretação, de valor um tanto negativo, pode mostrar uma presidenta que, embora preocupada com o atendimento médico público que o povo brasileiro recebe, não acredita que a inauguração de Clínicas da Família possa resolver os problemas que o atendimento médico público apresenta na atualidade, como, por exemplo, a longa espera que a população enfrenta quando procura por atendimento médico público.

Considerações finais

No decorrer deste artigo, mostramos que a *formalização* do conceito de *enunciação* para Benveniste ([1970]1989) e para Authier-Revuz (1995, 2004) contemplou *tendências particulares* de teorização exatamente pela maneira como ambos abordaram a perspectiva da *exterioridade* da língua. Isso parece ganhar uma tônica diferente, ao percebermos que a natureza de *endereço* de Authier-Revuz a Benveniste ([1970]1989) se tratou de uma filiação teórica; e que, no caso dela, especifica-se com a assunção de uma singularidade, estando inscrita na própria proposta de Benveniste. Nesse sentido, a filiação de Authier-Revuz à teorização benvenistiana mostra-se como um ponto de partida para movimentar a teoria da enunciação, de modo a transformá-la sem, em certo sentido, abandonar seus pilares.

Por outro lado, o delineamento dessa prática teórico-analítica singular foi considerado por nós como sendo tributário também do alcance e da eficácia do programa benvenistiano, ao afetar Authier-Revuz (1995, 2004), comportando, assim, múltiplas e diferentes tendências epistemológicas, como já apontamos anteriormente. Nosso exercício de análise do recorte do discurso da presidenta Dilma Rousseff é uma forma de mostrar o tributo de Authier-Revuz a Benveniste e a singularidade de sua prática teórico-analítica de modo a co-

locar em evidência pontos de abertura da teoria da enunciação de Benveniste.

Em seus trabalhos, a perspectiva da *dupla heterogeneidade* oportunizou a ela produzir relevo para a constituição da *enunciação* como *campo de aplicação* entre *língua, fala e sujeito*. De nossa parte, compreendemos que essa perspectiva fundamentou a especificidade de formalização do termo *enunciação* em Authier-Revuz (1995, 2004). Enquanto, em Benveniste ([1970]1989), por sua vez, a especificidade desse conceito se apresentou a partir do viés de que, no próprio interior da língua, sua exterioridade ganharia operação, dimensionando, diante disso, a complexidade que esse interior, *per se*, já comportaria.

Cumpramos ressaltar, por fim, que o *exercício* de analisarmos aqui algumas *conjunturas* da proposta teórico-analítica de Benveniste ([1970]1989) e de Authier-Revuz (1995, 2004) buscou produzir algumas consequências para a *formalização* (aproximativa e específica, ao mesmo tempo) da enunciação entre a abordagem de ambos. Sendo assim, e por se tratar de um *caminho*, julgamos que o percurso trilhado por nós na análise de tais *conjunturas* guarda em seus meandros *riscos* e *direcionamentos*, ao mesmo tempo. Uma questão parece ser certa, portanto: há aqui implicado o nosso *desejo* de ter, no mínimo, investido em uma temática tão instigante e frutífera, além de colocar em pauta o caráter relacional e fugidio do(s) sentido(s) na estruturação do Eu e em sua fragmentação.

Benveniste-Authier: Conceptual approaches and practical particularities

Abstract

This article aims at presenting, by theoretical-analytical counterpoint, the specificity that the term *enunciation* has assumed in Benveniste (1965 and 1970) and Authier-Revuz (1990 and 2004). Having this in mind, we have read these two authors based on the following hypothesis: although Authier-Revuz is theoretically connected to Benveniste's concepts, it seems to be possible to consider that such a connection is singular. This is so because of the application that the double heterogeneity has taken in her theoretical-analytical practice. In addition to that, the conceptual perspective of Benveniste has to do with the structuring of the "I" while Authier is concerned with the fragmentation of the same "I". In order to show it, we have undertaken a short analysis of a speech by the president Dilma Rousseff in which we relate Benveniste's point of view to Authier's, taking into account the structuring of the "I" and its fragmentation.

Keywords: Enunciation. The double heterogeneity. The structuring of the same "I". The fragmentation of the "I".

Notas

- 1 Utilizamos o recurso parênteses no termo *interlocutor(es)* para marcar a reversibilidade possível, preconizada por Benveniste ([1970] 1989).
- 2 Referimo-nos ao artigo *O aparelho formal da enunciação*. Essa referência torna-se necessária porque o termo *enunciação*, em Benveniste, apresenta diferentes usos e concepções no percurso de sua elaboração teórica.

- 3 Um dos aspectos da *herança saussuriana* que Benveniste usufruiu, seguramente, foi o conceito de *língua*. Mais especificamente, poderíamos dizer que esse teórico tomou o conceito de *língua* proposto por Saussure (1916) como ponto de partida para vislumbrar ali, por sua vez, a implicação de outras variáveis, como, por exemplo, a do *sentido*. Cumpre especificar, neste ponto, que o princípio essencial da língua, para Saussure (1916), prende-se ao fato de ela se estruturar como um *sistema de signos linguísticos*, cuja descrição é feita por meio das *relações internas ao sistema*. Ainda para Saussure (1916), *cada signo* do sistema depende dos *outros signos linguísticos* constantes da *totalidade solidária*. Nessa óptica, podemos notar que a língua possui mecanismos de funcionamento de base que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento dos processos de cada código linguístico.
- 4 No contínuo de abordagem promovido por Benveniste, as *análises concretas* evidenciaram e fundamentaram a conjugação entre *forma-sentido*, quando do momento de analisar aspectos linguísticos de um sistema de língua específico. Portanto, com isso, Benveniste radicalizou a relação entre *domínio semiótico* e *domínio semântico*, contemplando mais contundentemente o papel do agenciamento de formas linguísticas pelo locutor em um uso específico.
- 5 Aqui o termo *fala* pode ser considerado como sendo os aspectos que, no ato de fala, unem-se à língua-forma, ou seja, a substancialização da língua, em que língua se substancializa por meio da fala na produção de sentido(s), no processo de conversão da língua em discurso.
- 6 Forma de enunciação – uma modalidade enunciativa específica, reflexiva e opacificante, tendo a particularidade de comportar um discurso sobre a enunciação, sobre a língua, o sentido, a nomeação, a interlocução, ... - a modalidade autonímica, por meio da qual o dizer de um elemento X da cadeia se dobra em sua autorrepresentação, releva, duplamente, se se pode dizer, deste campo, forçosamente heterogêneo, em que se reencontram a língua e a fala/o discurso, o sujeito... (Tradução Nossa).
- 7 Quando remetemos ao dizer da atual presidenta da República, Dilma Rousseff, utilizamos o termo *discurso* em seu sentido de proferimento político.
- 8 Segundo Jubran (1996), as inserções parentéticas são desvios do tópico discursivo com funções pragmático-textuais. No caso em análise, a inserção parentética introduz uma explicação sobre a relação da atual presidenta Dilma Rousseff com o Sr. Pezão. O jogo interacional, contido no segmento parentético, contextualiza a expressão *meu companheiro de PAC* na situação de enunciação, modalizando-a de modo a afetar o sentido de sua presença na enunciação. Esse jogo promove uma conexão entre o desvio parentético e o contexto do qual se desvia, de modo a mostrar que a locutora Dilma antecipa uma necessidade discursiva de explicação para tentar garantir que se estabeleça uma relação de correferência entre ela e os participantes da

enunciação. Nesse sentido, essa inserção parentética torna-se fundamental para o possível estabelecimento da relação de correferência e, por conseguinte, do efeito pragmático de comunicação.

⁹ O carnavalesco Joãozinho Trinta foi criticado, nos anos 1970 e 80, por suas alegorias gigantes e por suas fantasias luxuosas. Em resposta a essas críticas, Joãozinho Trinta entrou para a história do carnaval e para a história do Rio de Janeiro, ao dizer: “O povo gosta de luxo. Quem gosta de miséria é intelectual”. Isso porque, na época, o carnavalesco reciclava materiais considerados lixo para a produção de alegorias e fantasias, com criatividade ímpar. Por exemplo, transformava sobras de isopor em esculturas que pareciam feitas de marfim. Essas críticas também o levaram a dizer outros enunciados polêmicos e impactantes para a sociedade brasileira, como, por exemplo, o enunciado abaixo:

“ Mendigos, desocupados, pivetes, meretrizes, loucos, profetas, esfomeados e povo de rua: tirem dos lixos deste imenso país restos de luxos... Façam suas fantasias e venham participar deste grandioso bal masque”. Informações presentes em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/joaosinho-trinta-povo-gosta-de-luxo-quem-gosta-de-miseria-intelectual-leia-outras-frases-3470006.html#ixzz1qWpnk7s5>>.

¹⁰ Recorte do dizer de Joãozinho Trinta. Cf. nota 9.

Referências

ANDRÈS, M. O outro. In: KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 562.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui vont pás de soi – Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BENVENISTE, Émile [1970]. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile [1965]. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE,

Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRASIL. *Discursos da Presidenta*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

EXTRA GLOBO. *Joãozinho Trinta: ‘O povo gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual’*. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/joaosinho-trinta-povo-gosta-de-luxo-quem-gosta-de-miseria-intelectual-leia-outras-frases-3470006.html#ixzz1qWpnk7s5>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

JUBRAN, Cléria C. A. S. Para uma descrição textual-interativa das funções da parentização. In: KATO, Mary (Org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. p. 339-354. v. 5.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise – Elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.